

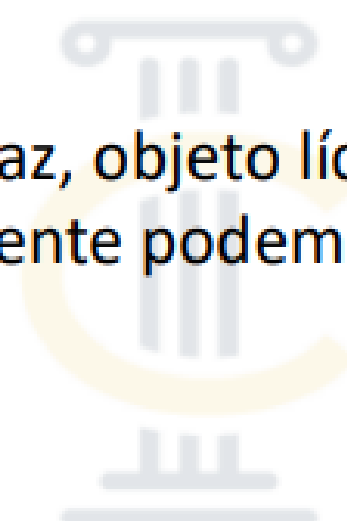
Ato jurídico se trata de toda conduta lícita que tem por **objetivo a aquisição, o resguardo, a transmissão, modificação ou extinção do direito**. Ou seja, toda a modificação efetuada no direito, de relevância jurídica, caracterizando o Ato Jurídico.

Classificação

- **Sentido amplo:** abrange não apenas as condutas de um indivíduo, mas também os negócios jurídicos são considerados atos jurídicos, pois, de alguma forma, modificam o direito;
- **Sentido estrito:** alcança apenas a conduta pessoal, realizada pelo indivíduo.

Elementos

- **Elementos essenciais:** agente capaz, objeto lícito, e forma prescrita ou não proibida na lei;
- **Elementos acidentais:** eventualmente podem fazer parte do ato jurídico, mas a sua ausência não provoca a invalidade dele.



Ato jurídico

Classificações do ato jurídico

| | |
|---|--|
| Quanto à ação | <ul style="list-style-type: none">• Ato comissivo (fazer algo) ou ato omissivo (não fazer algo). |
| Quanto à subsunção | <ul style="list-style-type: none">• Se está em conformidade com o ordenamento jurídico ou não (ato lícito ou ilícito). |
| Quanto aos fatos | <ul style="list-style-type: none">• Caso haja apenas uma conduta ou integração de outro elemento (simples ou complexo). |
| Quanto à execução | <ul style="list-style-type: none">• Ato de execução imediata (quando a execução ocorre logo após a sua realização), ato de execução diferida (a execução é adiada) e ato de execução pretérita (a execução possui efeito retroativo). |
| Quanto à declaração de vontade | <ul style="list-style-type: none">• Em ato unilateral (se constitui pela vontade de apenas uma pessoa) e ato bilateral (aquele que é formado por acordo de vontades). |
| Quanto à onerosidade | <ul style="list-style-type: none">• Ato oneroso e ato gratuito. |
| Quanto aos atos reciprocamente considerados | <ul style="list-style-type: none">• Ato principal e ato acessório (caso dependa de outro ato). |
| Quanto aos afeitos | <ul style="list-style-type: none">• O ato pode ser <i>inter vivos</i> ou <i>mortis causa</i>, tendo efeitos durante a vida do agente ou apenas após a sua morte. |
| Quanto à natureza | <ul style="list-style-type: none">• Ato subjetivo (declaração de vontade unilateral ou bilateral), ato condição (aplicação de estatuto imposto por lei. Exemplo: casamento), ato regra (vincula a pessoa que não manifestou sua vontade) e ato jurisdicional (declarado pelo Poder Judiciário na solução dos litígios que são apresentados). |
| Quanto aos atos considerados em si mesmos | <ul style="list-style-type: none">• Ato material/real (é realizado de forma concreta sobre determinado bem) e ato de participação (possui alteração psíquica em virtude da constatação de algum fato). |

O contrato é o negócio jurídico bilateral, ou plurilateral (acordo das partes e a sua manifestação externa), pois depende de mais de uma declaração de vontade, que sujeita as partes à observância de conduta idônea à satisfação dos interesses de que regularam, visando criar, modificar, resguardar, transmitir ou extinguir relações jurídicas.

| Classificação quanto ao efeito | |
|--------------------------------|---|
| Unilateral | <ul style="list-style-type: none">consiste no contrato em que só uma da parte tem a obrigação, enquanto a outra apenas concorda com os termos, como no caso do contrato de doação pura. |
| Bilateral | <ul style="list-style-type: none">é o contrato no qual há prestação e contraprestação estipulada entre as partes, como no contrato de compra e venda. |
| Plurilateral | <ul style="list-style-type: none">trata-se da possibilidade da existência de vários polos no contrato, cada um com seus deveres e direitos distintos, sendo vontades próprias. |



*O contrato é um instrumento que, além dos requisitos legais, devem ser **definidos os direitos e as obrigações que vincularão as partes**.*

Classificação quanto à onerosidade

| | |
|--|--|
| Gratuito ou desinteressado | <ul style="list-style-type: none">dá-se quando apenas uma das partes tem vantagem em razão da manifestação de vontade da outra parte, como o contrato de mútuo simples (empréstimo de bem fungível). |
| Oneroso comutativo | <ul style="list-style-type: none">configura-se pela prestação mútua e já estabelecidas consequências do cumprimento ou não do contrato, tendo cada parte uma obrigação para com a outra já determinada. |
| Oneroso aleatório por natureza | <ul style="list-style-type: none">nesta espécie, o cumprimento do contrato é, naturalmente, incerto, dependendo para que aconteça de um evento futuro, como no contrato de jogo e no contrato de seguro. |
| Oneroso aleatório pela vontade das partes | <ul style="list-style-type: none">ocorre pela convenção das partes em que se cria um contrato que embora oneroso, depende de um evento futuro e incerto, como os contratos de <i>emptio spei</i> e <i>emptio rei speratae</i>. |

Classificação quanto ao momento da execução

| | |
|---|--|
| Instantâneo | <ul style="list-style-type: none">leva-se em conta o momento de celebração e cumprimento do contrato, por ocorrer em um único ato. |
| Diferido | <ul style="list-style-type: none">trata-se de hipótese em que o cumprimento do contrato se dá em momento posterior a sua celebração. |
| De trato sucessivo ou em prestação | <ul style="list-style-type: none">aqui, o cumprimento do contrato se dá no decorrer do tempo, podendo, inclusive, ser modificado o acordado em razão da teoria da imprevisão. |

Classificação quanto ao agente

| | |
|--|--|
| Personalíssimo ou <i>intuitu personae</i> | <ul style="list-style-type: none"> trata-se do contrato em que apenas uma determinada pessoa poderá cumprir o acordado, uma vez que foi celebrado em razão de suas características pessoais. |
| Impessoal individual | <ul style="list-style-type: none"> consiste na hipótese em que qualquer pessoa pode cumprir o contrato. |
| Impessoal coletivo | <ul style="list-style-type: none"> são contratos que envolvem várias pessoas, como as convenções coletivas de trabalho. |

Classificação quanto à formação

| | |
|------------------|--|
| Paritário | <ul style="list-style-type: none"> configura contrato em que a celebração é de comum acordo, ambos elaborando as cláusulas fixadas. |
| Adesão | <ul style="list-style-type: none"> hipótese em que apenas uma das partes elabora as cláusulas contratuais e a outra apenas as adere. |
| Tipo | <ul style="list-style-type: none"> consiste em desdobramento do contrato de adesão, de modo a se utilizar um formulário em que umas das partes, tão e somente, preencherá. |

Classificação quanto ao modo por que existem

| | |
|----------------------------|---|
| Principal | <ul style="list-style-type: none"> trata-se de contrato fruto da convergência de vontades, estabelecendo relação jurídica originária entre as partes. |
| Acessório ou adjeto | <ul style="list-style-type: none"> espécie de contrato que se constitui em função do contrato principal, sendo garantia ou complementação deste. |
| Derivado | <ul style="list-style-type: none"> configura um contrato novo que só surge em razão da existência de uma relação jurídica contratual pretérita. Não se comunica, porém com o contrato principal. |

Classificação quanto à forma

| | |
|-------------------------------|---|
| Solene ou FORMAL | <ul style="list-style-type: none">aquele contrato que deve respeitar os requisitos estipulados em lei para que haja sua validade. |
| Não solene ou INFORMAL | <ul style="list-style-type: none">decorre da ausência de disposição legal específica, de modo a poder ser feito o contrato de qualquer forma. |
| Consensual | <ul style="list-style-type: none">são aqueles contratos que se consideram formados pela simples oferta e aceitação. |
| Reais | <ul style="list-style-type: none">são contratos em que só serão considerados firmados com a entrega da coisa objeto do negócio jurídico, como no contrato de mútuo. |

Classificação quanto ao objeto

| | |
|--|--|
| Preliminar ou <i>pactum contrahendo</i> | <ul style="list-style-type: none">consiste no contrato firmado em que as partes se comprometem a no futuro firmar o contrato definitivo, como no caso de promessa de compra e venda de um imóvel. |
| Definitivo | <ul style="list-style-type: none">trata-se do contrato pelo qual - de fato – concretiza-se o negócio jurídico. |

Classificação quanto à designação

| | |
|-----------------------------|--|
| Nominados ou típicos | <ul style="list-style-type: none">são os contratos previstos em lei, dando-se parâmetros legais a sua formação. |
| Inominados | <ul style="list-style-type: none">são os contratos sem previsão legal, mas que a lei considera lícito desde que respeitadas às disposições gerais do direito contratual. |
| Misto | <ul style="list-style-type: none">são aqueles contratos que tem por base um contrato nominado/típico, mas se acrescentam cláusulas de outros contratos, ou cláusulas atípicas, em razão da especificidade do negócio a ser firmado. |
| Coligados | <ul style="list-style-type: none">são contratos que trazem duas prestações em razão de um único negócio, como a venda de automóvel e assistência técnica no mesmo contrato. |
| União de contratos | <ul style="list-style-type: none">são contratos distintos e autônomos que são unidos por conveniência, como um contrato de moradia que se soma a um contrato de empreitada para construí-la. |

Classificação quanto ao objetivo

| | |
|---|---|
| Contrato de aquisição | <ul style="list-style-type: none">• é a forma de contrato definitivo, no qual se tem a transferência definitiva e documental do bem. |
| Contrato de uso ou gozo | <ul style="list-style-type: none">• configura contrato que não tem a finalidade de transferir a titularidade do bem, e sim de permitir o uso por determinado tempo, devendo ser devolvido nas mesmas condições, ressalvado o desgaste natural. |
| Contrato de prestação de serviço | <ul style="list-style-type: none">• trata-se daquele contrato pelo qual o prestador de serviço se obriga a prestar pessoalmente ou por terceiro um serviço definido no contrato em favor do contratante. |
| Contrato associativo | <ul style="list-style-type: none">• é o contrato realizado entre duas ou mais pessoas na busca de um fim comum, como no contrato social ou de cooperativa. |



Os contratos nominados são aqueles que possuem um nome, uma denominação. Como, por exemplo: **contrato de compra e venda**; contrato de locação; contrato de *leasing*; contrato de comodato; entre tantos.

Do contrato de compra e venda

- Um dos contratantes se obriga a **transferir o domínio de certa coisa**, e o outro, a **pagar-lhe certo preço** em dinheiro;
- A compra e venda, quando pura, considerar-se-á obrigatória e perfeita, desde que as partes acordarem no objeto e no preço;
- A compra e venda pode ter objeto **coisa atual ou futura**;
- Se a venda se realizar à vista de amostras, protótipos ou modelos, entender-se-á que o vendedor assegura ter a coisa as qualidades que a elas correspondem;
- A **fixação do preço** pode ser deixada ao arbítrio de terceiro;
- Também se poderá deixar a fixação do preço à taxa de mercado ou de bolsa;
- É lícito às partes fixar o preço em função de índices ou parâmetros;
- **Nulo é** o contrato de compra e venda, quando se deixa o arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço;
- Salvo cláusula em contrário, ficarão **as despesas de escritura e registro** a cargo do comprador, e a cargo do vendedor as da tradição;
- Não sendo a venda a crédito, **o vendedor não é obrigado a entregar a coisa antes de receber o preço**;
- Até o momento da tradição, os riscos da coisa correm por conta do vendedor, e os do preço por conta do comprador.

O **Comodato** é o empréstimo gratuito de coisas **não fungíveis**. Perfaz-se com a tradição do objeto. É a **concessão gratuita** de qualquer coisa móvel ou imóvel, por um certo período de tempo, com a condição de devolver ao indivíduo nas mesmas condições ao fim do prazo.

Do Comodato

- Se o comodato **não tiver prazo convencional**, presume-se o necessário para o uso concedido;
- O comodatário é **obrigado a conservar**, como se sua própria fora, a coisa emprestada;
- O comodatário **não poderá jamais** recobrar do comodante as despesas feitas com o uso e gozo da coisa emprestada;
- Se **duas ou mais pessoas** forem simultaneamente comodatárias de uma coisa, ficarão **solidariamente responsáveis** para com o comodante.

O Mútuo é o empréstimo gratuito de coisas **fungíveis**. O mutuário é obrigado a restituir ao mutuante o que dele recebeu em coisa do mesmo gênero, qualidade e quantidade.

Do Mútuo

- Este empréstimo **transfere o domínio da coisa emprestada ao mutuário**, por cuja conta correm todos os riscos;
- **O mútuo feito a pessoa menor**, sem prévia autorização daquele sob cuja guarda estiver, não pode ser reavido nem do mutuário, nem de seus fiadores;
- **O mutuante pode exigir garantia da restituição**, se antes do vencimento o mutuário sofrer notória mudança em sua situação econômica;
- Destinando-se o mútuo a fins econômicos, presumem-se devidos juros;
- **Não se tendo convencionado expressamente, o prazo do mútuo será:**
 - I. Até a próxima colheita, se o mútuo for de produtos agrícolas;
 - II. De 30 dias, pelo menos, se for de dinheiro;
 - III. Do espaço de tempo que declarar o mutuante, se for de qualquer outra coisa fungível.

Pelo contrato de fiança, uma pessoa garante satisfazer ao credor uma obrigação assumida pelo devedor, caso este não a cumpra.

Da fiança

- Dar-se-á por **escrito**, e não admite interpretação extensiva;
- Pode-se estipular a fiança, ainda que **sem consentimento do devedor ou contra a sua vontade**;
- As **dívidas futuras podem ser objeto de fiança**; mas o fiador, neste caso, não será demandado senão depois que se fizer certa e líquida a obrigação do principal devedor;
- **Não sendo limitada**, a fiança compreenderá todos os acessórios da dívida principal, inclusive as despesas judiciais;
- **A fiança pode ser de valor inferior ao da obrigação principal** e contraída em condições menos onerosas, e, **quando exceder o valor da dívida**, ou for mais onerosa que ela, não valerá senão até ao limite da obrigação afiançada;
- Quando alguém houver de oferecer fiador, **o credor não pode ser obrigado a aceitá-lo** se não for pessoa idônea, domiciliada no município onde tenha de prestar a fiança, e não possua bens suficientes para cumprir a obrigação;
- Se o **fiador se tornar insolvente ou incapaz**, poderá o credor exigir que seja **substituído**;
- **O fiador demandado** pelo pagamento da dívida tem direito a exigir, que sejam primeiro **executados os bens do devedor (benefício da ordem)**; O fiador não poderá se aproveitar desse benefício se:
 - a) Renunciou expressamente;
 - b) Se obrigou como principal pagador, ou devedor solidário;
 - c) Se o devedor for insolvente, ou falido.

Da fiança

- A fiança conjuntamente prestada a um só débito por **mais de uma pessoa importa o compromisso de solidariedade** entre elas, se declaradamente não se reservarem o benefício de divisão;
- Cada fiador pode fixar no contrato a parte da dívida que toma sob sua responsabilidade;
- O **devedor responde também perante o fiador** por todas as perdas e danos que este pagar;
- A **obrigação do fiador passa aos herdeiros**; mas a responsabilidade da fiança se limita ao tempo decorrido até a morte do fiador, e não pode ultrapassar as forças da herança.

Da extinção da fiança

- **O fiador, ainda que solidário, ficará desobrigado:**
 - I. Se, sem consentimento seu, o credor conceder moratória ao devedor;
 - II. Se, por fato do credor, for impossível a sub-rogação nos seus direitos e preferências;
 - III. Se o credor, em pagamento da dívida, aceitar amigavelmente do devedor objeto diverso do que este era obrigado a lhe dar, ainda que depois venha a perde-lo por evicção.

| Tipos de contrato | |
|-----------------------------------|---|
| Por instrumento público | <p>Instrumento jurídico de declaração de vontades celebrado entre uma ou mais pessoas perante um tabelião, que tem responsabilidade legal e formal para a sua lavratura. O documento é necessário para dar validade formal ao ato jurídico exigido por Lei.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Feita por escritura pública lavrada no Cartório de Notas; • É exigida sempre que o ato a ser celebrado exigir escritura pública; • Escritura pública é toda declaração pública feita na frente de um tabelião. Segurança maior; • Não há necessidade de reconhecimento de firma. • Art. 108 CC – <i>Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a 30 vezes o maior salário mínimo vigente no País.</i> |
| Por instrumento particular | <p>O contrato particular é feito por qualquer pessoa capaz, sem intervenção do Poder Público, assinado pelas partes e com pelo menos duas testemunhas. Para esse procedimento, a recomendação é que todas as firmas sejam reconhecidas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não é feita por escritura pública, bastando que tenha a assinatura do procurador e preencha os requisitos; • A maioria das procurações são feitas por instrumento particular (geralmente exige-se reconhecimento de firma). |